PREFEITURA DE
ORLÂNDIA

orlandia.sp.gov.br

JORNAL OFICIAL
DE ORLÂNDIA

Terça-feira, 26 de maio de 2026 · Distribuição Eletrônica · Ano 2026 · Edição nº 2316

Publicação Oficial do Município de Orlândia, conforme Lei Municipal nº 1.316, de 1982 e Decreto 4.389, de 2014



PODER EXECUTIVO

Licitações e Contratos

Despachos

Orlândia/SP, 13 de Maio (05) de 2026.

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – n.º 02/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 40 UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL ATRAVÉS DO PROGRAMA MORADIA DIGNA – TERMO DE COMPROMISSO Nº 992005/2025/MCIDADES/CAIXA – OPERAÇÃO Nº 1106605-76.

RECORRENTES: (1) WP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., CNPJ nº 11.745.525/0001-72; (2) WANX CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 30.126.604/0001-40.

RECORRIDA: TERRA FORTE BRASIL CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 10.412.300/0001-31.

DESPACHO

1. Autos conclusos nesta data para análise e decisão.

2. CONSIDERANDO a manifestação da Comissão Permanente de Licitações e a nota nº 44/2026 – LNM, ambos em anexo, o qual adoto como razão de decidir, **DECIDO** pela **IMPROCEDÊNCIA** dos recursos administrativos apresentados pelos Recorrentes.

3. Dê-se ciência dessa decisão aos Recorrentes. A seguir, publique-se na imprensa oficial.

4. Após, arquive-se o presente expediente aos autos do processo licitatório em pauta.

CUMPRA-SE, nos termos da lei.

JORGE GABRIEL GRASI

Prefeito Municipal

.....

Extrato

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, através do Senhor Prefeito Jorge Gabriel Grasi faz público que celebrou o seguinte instrumento de contrato referente ao PREGÃO ELETRÔNICO 34/2026.

CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA HAMAMURA LTDA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL – LINHA PESADA-(ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PESADOS) INCLUINDO AUTO SOCORRO NOS LIMITES DO MUNICÍPIO.**

VALOR: R$ 1.149.687,49

DATA DA ASSINATURA: 18 de Maio de 2026.

Orlândia, 26 de Maio de 2026. JORGE GABRIEL GRASI – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, através do Senhor Prefeito Jorge Gabriel Grasi faz público que celebrou o seguinte instrumento de contrato referente ao PREGÃO ELETRÔNICO 42/2026.

CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA HAMAMURA LTDA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNCICIPAL – LINHA LEVE E VAN.**

VALOR: R$ 290.000,00

DATA DA ASSINATURA: 18 de Maio de 2026.

Orlândia, 26 de Maio de 2026. JORGE GABRIEL GRASI – Prefeito Municipal.

.....

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 4.460

De 22 de maio de 2026.

Institui o Programa Municipal de Auxílio-Aluguel no Município de Orlândia, estabelece critérios administrativos para situações de emergência e vulnerabilidade, fixa parâmetros para o cumprimento de ordens judiciais e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA**:

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA** decreta e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DEFINIÇÕES

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Auxílio-Aluguel no âmbito do Município de Orlândia, com a finalidade de garantir o direito à moradia temporária a famílias em situação de vulnerabilidade habitacional extrema, seja por via administrativa direta em casos emergenciais ou em cumprimento a determinações judiciais.

Parágrafo único. Para cumprir as ordens emanadas pelo Poder Judiciário, o programa previsto nesta Lei estabelece os parâmetros técnicos, financeiros e sociais que o Município de Orlândia adotará, garantindo a padronização do atendimento, a previsibilidade do orçamento público e o respeito aos princípios da legalidade e da impessoalidade.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Auxílio-Aluguel:

I - promover a proteção social por meio da efetivação do direito à moradia às pessoas e famílias em vulnerabilidade habitacional e o encaminhamento dos beneficiários para a rede municipal de serviços de saúde, educação e qualificação profissional;

II - assegurar que as famílias e os indivíduos

amparados recebam não apenas o repasse financeiro, mas também o acompanhamento social adequado;

III - fornecer uma estrutura normativa e administrativa clara para que o Município cumpra as determinações judiciais de concessão de auxílio para moradia de forma ágil, organizada e dentro dos limites da responsabilidade fiscal;

IV - apresentar ao Poder Judiciário os parâmetros municipais de valor, prazo e condições sociais para a concessão do benefício, colaborando para que as decisões judiciais sejam compatíveis com a realidade orçamentária do Município; e

V - fornecer relatórios técnicos contínuos ao juízo competente sobre a evolução social da pessoa ou família beneficiada.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - auxílio-aluguel: benefício financeiro de caráter temporário destinado a subsidiar despesas com locação residencial;

II - determinação ou solicitação judicial: decisão proferida por juiz ou tribunal competente que imponha ao Município a obrigação de fornecer assistência financeira para moradia;

III - vulnerabilidade habitacional: situação em que a pessoa ou a família não possui condições financeiras para pagar por sua própria moradia, segura e regular, sem a necessidade do suporte financeiro municipal, observados os critérios desta Lei;

IV- família: grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

CAPÍTULO II
DO AUXÍLIO-ALUGUEL ADMINISTRATIVO

Art. 4º A inclusão administrativa no programa dar-se-á nas seguintes situações:

I - remoção preventiva em áreas de risco geológico ou interdição de imóvel pela Defesa Civil por ameaça de desmoronamento;

II - desabrigo provocado por incêndio, enchente ou catástrofes naturais que inviabilizem a moradia;

III – casos de famílias acompanhadas pelos serviços CREAS e CRAS, que possuam situação de extrema vulnerabilidade, atestadas por relatório social e parecer técnico elaborado pela equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, garantindo uma avaliação integral e qualificada, atestando ainda a ausência de outras alternativas de moradia.

Art. 5º São requisitos para acesso ao benefício por via administrativa:

I - residência no Município há pelo menos 2 (dois) anos;

II - renda familiar mensal bruta de até 1 (um) salário-mínimo nacional;

III - inscrição ativa no CadÚnico;

IV - laudo social favorável emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CAPÍTULO III
DO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS

Art. 6º No cumprimento de ordens judiciais, a Administração deverá informar ao juízo os parâmetros desta Lei quanto a valores e prazos, visando assegurar que a intervenção judicial não crie privilégios em relação aos critérios da política pública local e não comprometa a isonomia orçamentária.

Art. 7º O fluxo interno de cumprimento das decisões judiciais seguirá as seguintes etapas obrigatórias:

I - recebimento da citação, intimação ou notificação judicial pela Procuradoria-Geral do Município e encaminhamento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II - convocação imediata do beneficiário para realizar seu cadastro, atualizar o CadÚnico e assinar o Termo de Ciência e Responsabilidade;

III - exigência de apresentação de um contrato de locação válido para que o repasse financeiro seja iniciado;

IV - inclusão da família em acompanhamento contínuo e envio periódico de relatórios técnicos pela Secretaria de Desenvolvimento Social para a Procuradoria-Geral do Município, a fim de que esta preste contas ao juízo.

CAPÍTULO IV
DO VALOR E DA DURAÇÃO DO BENEFÍCIO

Art. 8º O valor mensal do Auxílio-Aluguel será o equivalente a ½ (meio) salário-mínimo nacional vigente.

§ 1º O limite de valor previsto no *caput* constitui o teto financeiro do programa municipal.

§ 2º O benefício será pago diretamente na conta bancária do beneficiário, que tem a obrigação de repassar o valor ao proprietário do imóvel.

§ 3º Se o valor do contrato de locação for maior que o valor do auxílio, o beneficiário deverá pagar a diferença com seus próprios recursos.

§ 4º O Município de Orlândia não tem responsabilidade solidária ou subsidiária por eventuais dívidas ou danos no imóvel.

§ 5º O pagamento mensal fica condicionado à apresentação regular do contrato de locação e dos recibos mensais de pagamento, sendo que a falta de apresentação autoriza a suspensão preventiva do pagamento.

Art. 9º O Auxílio-Aluguel terá a duração máxima de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais, até o limite de 18 (dezoito) meses.

§ 1º Trinta dias antes do término de cada período, será elaborado relatório social atualizado sobre a situação da pessoa ou família.

§ 2º Nos casos judiciais, o Município anexará o relatório ao processo e solicitará ao juízo o encerramento ou a prorrogação, conforme o caso.

§ 3º A continuidade do pagamento após o prazo legal dependerá, nos casos judicializados, da manutenção da eficácia da decisão judicial.

CAPÍTULO V
DOS DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS E DO DESLIGAMENTO

Art. 10. O beneficiário do Auxílio-Aluguel tem os seguintes deveres:

I - manter todos os seus dados de contato, endereço e renda atualizados;

II - receber a equipe de assistência social em sua residência e participar de encaminhamentos para emprego ou qualificação;

III - morar no imóvel locado, sendo proibido sublocar, ceder ou usar o local para fins comerciais;

IV - entregar mensalmente o recibo assinado pelo proprietário provando o pagamento;

V - informar imediatamente se adquirir imóvel próprio

ou acessar outro programa de habitação definitiva.

Art. 11. O Município cessará o benefício ou solicitará formalmente ao Poder Judiciário o desligamento do beneficiário quando:

I - a pessoa ou família alcançar renda suficiente para pagar sua própria moradia; a pessoa ou família alcançar renda suficiente para pagar sua própria moradia ou ultrapassar a renda mensal bruta determinada no artigo nº 5, inciso II, desta lei;

II - a pessoa ou família for contemplada com uma casa própria por programas habitacionais;

III - houver descumprimento das obrigações do artigo 10 ou recusa ao acompanhamento social;

IV - for descoberta fraude ou desvio do dinheiro do auxílio;

V- ocorrer o falecimento da pessoa que era a única referência do núcleo familiar beneficiado.

§ 1º Na suspeita de descumprimento ou fraude, o Município suspenderá preventivamente o repasse e enviará relatório documentado ao juízo competente nos casos judiciais.

§ 2º Comprovada a fraude, o Município adotará as medidas legais para cobrança da devolução dos valores, inclusive inscrição em dívida ativa.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12. A gestão técnica e o acompanhamento das famílias ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e, nos casos judiciais, em ação conjunta com a Procuradoria-Geral do Município, observando-se as regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Art. 13. Os recursos para o programa provirão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

§ 1º A Lei Orçamentária Anual (LOA) fixará um teto financeiro anual para o programa.

§ 2º Atingido o limite orçamentário anual, a concessão de novos benefícios administrativos ficará suspensa, ressalvadas as ordens judiciais impositivas.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social fará o monitoramento dos casos e elaborará relatório anual contendo estatísticas de processos ativos, valores gastos e índices de autonomia alcançados.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Poder Executivo poderá editar decretos para detalhar formulários e fluxos internos de comunicação.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orlândia, 22 de maio de 2026.

JORGE GABRIEL GRASI

Prefeito Municipal

Autógrafo nº 17/2026

Projeto de Lei nº 9/2026

.....

LEI Nº 4.461

De 22 de maio de 2026.

Dispõe sobre a aprovação de um crédito adicional suplementar no valor de R$ 425.000,00 e de um crédito adicional especial no valor de R$ 100.000,00.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA**:

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA** decreta e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Contadoria Municipal um crédito adicional suplementar no valor de R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) às seguintes dotações do orçamento vigente:

Dotação	Valor (R$)
04.03.449052000000.05.800 – 08.244.0006.2.082 – Ficha 166 – Equipamentos e Materiais Permanentes – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	100.000,00
04.03.335039000000.05.500 – 08.244.0006.2.082 – Ficha 535 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	200.000,00
04.03.335039000000.05.800 – 08.244.0006.2.082 – Ficha 535 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	125.000,00
TOTAL	**425.000,00**

Art. 2°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Contadoria Municipal um crédito adicional especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) à seguinte dotação do orçamento vigente:

Dotação	Valor (R$)
04.03.335039000000.05.800 – 08.244.0005.2.081 – Ficha 537 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	100.000,00

Art. 3°. O crédito adicional suplementar aberto pelo artigo 1º desta lei será coberto por Excesso de arrecadação, no valor de R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), de acordo com o inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, provenientes de recursos financeiros previstos nas programações do Fundo Nacional do Desenvolvimento social descritas a seguir:

I - Espelho da programação nº 353430220250002 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, com recurso de transferência voluntária indicada pelo Deputado Federal Baleia Rossi, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

II - Espelho da programação nº 353430220260004 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202637460005 da Deputada Federal Renata de Abreu, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

III - Espelho da programação nº 353430220260003 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202637300004 do Deputado Federal Miguel Lombardi, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

IV - Espelho da programação nº 353430220260002 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202631350004 do Deputado Federal Arlindo Chinaglia, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais); e

V - Espelho da programação nº 353430220260005 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202630520004 do Deputado Federal Baleia Rossi, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4°. O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias serão adequados à presente Lei.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Orlândia, 22 de maio de 2026.

JORGE GABRIEL GRASI

Prefeito Municipal

Autógrafo nº 18/2026

Projeto de Lei nº 11/2026

.....

Decretos

DECRETO Nº 5.584

De 22 de maio de 2026.

Dispõe sobre a aprovação de um crédito adicional suplementar no valor de R$ 425.000,00 e de um crédito adicional especial no valor de R$ 100.000,00.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA,** Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do artigo 90 da Lei Orgânica do Município de Orlândia,

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do artigo 1º da Lei nº 4.461, de 22 de maio de 2026, fica aprovado na Contadoria Municipal um crédito adicional suplementar no valor de R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais) às seguintes dotações do orçamento vigente:

Dotação	Valor (R$)
04.03.449052000000.05.800 – 08.244.0006.2.082 – Ficha 166 – Equipamentos e Materiais Permanentes – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	100.000,00
04.03.335039000000.05.500 – 08.244.0006.2.082 – Ficha 535 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	200.000,00
04.03.335039000000.05.800 – 08.244.0006.2.082 – Ficha 535 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	125.000,00
TOTAL	**425.000,00**

Art. 2º. Nos termos do artigo 2º da Lei nº 4.461, de 22 de maio de 2026, fica aprovado na Contadoria Municipal um crédito adicional especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) à seguinte dotação do orçamento vigente:

Dotação	Valor (R$)
04.03.335039000000.05.800 – 08.244.0005.2.081 – Ficha 537 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	100.000,00

Art. 3°. O crédito adicional suplementar aberto pelo artigo 1º deste decreto será coberto por Excesso de arrecadação, no valor de R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), de acordo com o inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, provenientes de recursos financeiros previstos nas programações do Fundo Nacional do Desenvolvimento social descritas a seguir:

I - Espelho da programação nº 353430220250002 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, com recurso de transferência voluntária indicada pelo Deputado Federal Baleia Rossi, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

II - Espelho da programação nº 353430220260004 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202637460005 da Deputada Federal Renata de Abreu, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

III - Espelho da programação nº 353430220260003 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202637300004 do Deputado Federal Miguel Lombardi, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

IV - Espelho da programação nº 353430220260002 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de Emenda Impositiva nº 202631350004 do Deputado Federal Arlindo Chinaglia, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais); e

V - Espelho da programação nº 353430220260005 do Fundo Nacional do Desenvolvimento Social, decorrente de

Emenda Impositiva nº 202630520004 do Deputado Federal Baleia Rossi, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Orlândia, 22 de maio de 2026.

JORGE GABRIEL GRASI

Prefeito Municipal

.....

Portarias

P O R T A R I A Nº 33.049
DE 26 DE MAIO DE 2026

"CONCEDE, 30 dias de Licença-prêmio em gozo, referente ao **2º** quinquênio do (a) funcionário (a) **SRA. MICHELE BOLDRIN TOLOTO DE CARVALHO."**

P O R T A R I A Nº 33.050
DE 26 DE MAIO DE 2026

"CONCEDE, 30 dias de Licença-prêmio em gozo, referente ao **2º** quinquênio do (a) funcionário (a) **SRA. ANALU CRISTINA DOS SANTOS ANTÔNIO."**

.....

PORTARIA Nº 33.051
DE 26 DE MAIO DE 2026

"Dispõe sobre a nomeação de cargos de provimento efetivo, aprovados em concurso público e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA**, Estado de São Paulo, **SR. JORGE GABRIEL GRASI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o Concurso Público nº. 01/2025, realizado pelo Município de Orlândia;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo nos quadros funcionais do Município de Orlândia, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher cargos conforme Anexo 01 desta portaria;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para os cargos de provimento efetivo no regime estatutário, nos termos do art. 8º, inciso I, c.c. o art. 9º, ambos da Lei Complementar Municipal nº. 3.544/07, os aprovados no Concurso Público nº. 01/2025 relacionados no anexo 01 desta portaria.

Art. 2º. Os nomeados constantes no Anexo 01 desta portaria deverão comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua 06, nº. 439, Centro, Orlândia/SP, no dia 28 de maio de 2026, às 9h, para apresentarem os documentos relacionados no art. 15º da Lei Complementar Municipal nº. 3.544/07, **original e cópia** dos **documentos indicados** a seguir, para serem encaminhados à avaliação médica destinada à deflagração do processo de posse.

DOCUMENTOS:

· 01 (uma) foto 3x4 recente;
· Cédula de Identidade (RG);
· Cadastro de Pessoa Física (CPF);
· Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
· Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
· Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino);
· Currículo Vitae;
· Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
· Número do PIS/PASEP;
· Certidão de Nascimento (se solteiro) ou Certidão de Casamento;
· Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
· Para filhos em idade escolar, comprovante de matrícula (quando aplicável);
· Comprovante de residência atualizado;
· Certificado ou Diploma de conclusão da escolaridade exigida para o cargo;
· Comprovante de Registro no respectivo conselho e regularidade junto ao órgão fiscalizador de sua profissão se for o caso;
· Atestado de antecedentes criminais;
· Certidão Negativa do Tribunal Regional Federal (Site TRF3, Cível e Criminal);
· Certidão Negativa do Tribunal de Justiça Estadual (Site TJSP, Cível e Criminal);
· Declaração ou comprovante de tempo de serviço/experiência profissional, que comprove o período mínimo exigido para o cargo, conforme previsto no edital, podendo ser apresentado por meio de CTPS, certidão ou declaração emitida por empregador.
· Declaração de imposto de renda, de acordo com a Lei 8.429/1992, art. 13º ou declaração de bens e renda anual firmada pelo próprio candidato;
· Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou, se acumular, informar os vínculos, nos termos do art. 37 da Constituição Federal do Brasil de 1988;
· Declaração de que não foi demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 5 (cinco) anos;
· Nº da conta no Banco Santander (se possuir).

Art. 3º. Nos termos do art. 13º da Lei Complementar Municipal nº. 3.544/07, a posse ocorrerá de forma individual na sede da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Estarão aptos a tomar posse os nomeados que atenderem as exigências do art. 2º desta portaria.

Art. 4º. Os candidatos convocados no Anexo I serão lotados nos departamentos, divisões ou seções indicados pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Orlândia, conforme a necessidade do serviço.

Art. 5º. Nos termos do art. 14º da Lei Complementar Municipal nº. 3.544/07, os nomeados constantes no Anexo 01 que não tomarem posse no respectivo cargo no prazo estabelecido no artigo anterior, renunciarão tacitamente à vaga que foram nomeados, ficando sem efeito a nomeação e caberá ao Chefe do Executivo Municipal proceder a nova chamada de candidatos de acordo com a ordem de classificação.

Art. 6º. Os nomeados constantes do Anexo 01 desta portaria que não desejarem ser empossados nos cargos a

que foram nomeados, deverão formalizar a desistência mediante preenchimento de formulário de termo de desistência, disponível na Secretaria Municipal de Educação de Orlândia.

Art. 7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Orlândia, 26 de maio de 2026.

JORGE GABRIEL GRASI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – PORTARIA Nº 33.051/2026

Nome do Candidato Nomeado	Documento	Cargo	Classificação	Modalidade
Camila Aparecida Paris Baston	44.xxx.xxx-x	Diretor de Escola	29º	AC

.....

PORTARIA Nº 33.052
De 26 de maio de 2026.

***"DESTITUI,** a Sra. **MARIA ESTELA MANHA**, da função de Vice Diretor(a) de Escola."*

.....

Terceiro Setor

Justificativa - Ausência de Chamamento Público

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

REFERÊNCIA:- Dispensa de Chamamento Público nº 11/2026 – Termo de Colaboração;

BASE LEGAL:- Art. 30 e 32, da Lei Federal nº. 13.019/14;

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:- Projeto Fique Vivo;

CNPJ/MF:- 08.847.334/0001-07;

ENDEREÇO:- Avenida P, nº 274, Jardim Parisi - Orlândia/SP

OBJETO PROPOSTO:- Trata-se de procedimento que tem por objeto a Dispensa de Chamamento Público, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre a Prefeitura Municipal de Orlândia, através da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de repasses de recursos oriundos de **Emenda Impositiva prevista em Lei Orçamentária Anual – LOA nº 4.441, de 26 de novembro de 2025,** e a Organização da Sociedade Civil, regularmente constituída, de natureza jurídica privada e sem fins lucrativos, denominada **PROJETO FIQUE VIVO.**

A parceria visa a conjugação de esforços entre o poder público e a referida organização da sociedade civil no sentido de promover atendimentos de psicologia para a população que busca o serviço com sintomas de Depressão, Ansiedade e Síndrome do Pânico.

VALOR TOTAL DO REPASSE: Emenda Impositiva – R$ 186.630,70 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta reais e setenta centavos)

PERÍODO:- Exercício de 2026.

TIPO DA PARCERIA:- Termo de Colaboração

JUSTIFICATIVA PELA DISPENSA:- Tendo em vista o trabalho realizado com excelência pela OSC, apresento **JUSTIFICATIVA de DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026,** com vista à celebração de parceria, destinada à conjugação de esforços entre o poder público e o **PROJETO FIQUE VIVO**, com a finalidade de promover o atendimento de psicologia em pacientes encaminhados para tratamento de ansiedade, depressão, síndrome do pânico e outros, com intuito de melhorar a assistência à saúde mental. A parceria tem a finalidade de oferecer espaço para o acolhimento e suporte para pessoas com crises emocionais e/ou risco de suicídio, além de proceder ao encaminhamento para atendimento e monitorização pela OSC. O Projeto Fique Vivo, é qualificado como organização da sociedade civil sem fins lucrativos, possuindo experiência de 16 (dezesseis) anos de atuação, sendo uma iniciativa que surgiu frente a demanda de pessoas com sofrimento psíquico, com o desenvolvimento de atividades de cunho filantrópico, assistencial, que oferece apoio emocional de prevenção ao suicídio. No desenvolvimento de suas atividades, o Projeto não fará distinção de condição social, de gênero, orientação sexual, religião, etnia, cor, posicionamento político ou quaisquer outras que se mostrem discriminatórias ou vexatórias. Seguindo essas diretrizes, o público-alvo será toda e qualquer pessoa que necessite de apoio emocional de prevenção ao suicídio que resida no Município de Orlândia. A OSC desenvolverá estratégias de informação, de comunicação e de sensibilização da sociedade de que o suicídio é um problema de saúde pública que pode ser prevenido, o resultado esperado é a conscientização e valoração da vida, sendo que todos devem agir ativamente na conscientização da importância da vida e ajudar na prevenção ao suicídio, tema que é visto como "tabu" pela sociedade. O serviço oferecido pelo **PROJETO FIQUE VIVO** são essenciais aos assistidos, e possibilita o atendimento das determinações constitucionais que se refere à dignidade da pessoa humana, fundamentalmente o direito universal a saúde.

Neste sentido, a legislação facultou a administração pública, dispensar a realização do chamamento público com organizações vinculadas a serviços de saúde, sem fins lucrativos. Assim, o PROJETO FIQUE VIVO está devidamente constituído, se aplicando nesse caso, a hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI, do art. 30, da Lei Federal nº 13.019/2014. Portanto, essas são as principais premissas que justificam a DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, conforme prevê a Lei Federal nº 13.019/2014.

O extrato da presente JUSTIFICATIVO será publicado nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, sem impugnação, será solicitado a organização da sociedade civil apresentação dos documentos necessários à formalização da parceria. Na forma do § 2º, do art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser apresentada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Orlândia.

.....

Extrato de Convênios

O MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA (SP) torna público o que segue:

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 04/2026 celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA** e **FUNDAÇÃO PIO XII – HOSPITAL DE AMOR DE BARRETOS - CNPJ/MF sob nº. 49.150.352/0001-12**

OBJETO: Constitui Objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros para a aquisição de gêneros alimentícios necessários a manutenção da rotina assistencial, assegurando alimentação adequada aos pacientes e acompanhantes atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

VALOR TOTAL: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/05/2026

VIGÊNCIA: 31/12/2026.

.....

Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal

Balanços/balancetes

Prefeitura Municipal de Orlândia

Balanço Orçamentário

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026 **Consolidado**

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISTAS ATÉ O MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS	SALDO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	**391.137.000,00**	**391.137.000,00**	**391.137.000,00**	**109.896.765,08**	**281.240.234,92**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	111.377.700,00	111.377.700,00	111.377.700,00	24.583.751,39	86.793.948,61
CONTRIBUIÇÕES	19.353.200,00	19.353.200,00	19.353.200,00	4.737.100,97	14.616.099,03
RECEITA PATRIMONIAL	16.187.600,00	16.187.600,00	16.187.600,00	1.312.879,44	14.874.720,56
RECEITA DE SERVIÇOS	161.200,00	161.200,00	161.200,00	382,55	160.817,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	237.252.300,00	237.252.300,00	237.252.300,00	77.753.652,10	159.498.647,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.805.000,00	6.805.000,00	6.805.000,00	1.508.998,63	5.296.001,37
RECEITAS DE CAPITAL	**2.340.000,00**	**2.340.000,00**	**2.340.000,00**	**3.225.832,46**	**-885.832,46**
ALIENAÇÃO DE BENS	700.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00	700.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.640.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	3.225.832,46	-1.585.832,46
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**34.404.000,00**	**34.404.000,00**	**34.404.000,00**	**11.736.914,01**	**22.667.085,99**
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**22.927.000,00**	**22.927.000,00**	**22.927.000,00**	**7.105.773,61**	**15.821.226,39**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**382.000.000,00**	**382.000.000,00**	**382.000.000,00**	**108.491.457,14**	**273.508.542,86**
OP. DE CRÉDITO - REFINANC. (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL COM REFINANC. (III) = (I + II)	**382.000.000,00**	**382.000.000,00**	**382.000.000,00**	**108.491.457,14**	**273.508.542,86**
DÉFICIT (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (V) = (III + IV)	**382.000.000,00**	**382.000.000,00**	**382.000.000,00**	**108.491.457,14**	**273.508.542,86**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENT./ REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	SALDO A EMPENHAR	SALDO A LIQUIDAR	SALDO A PAGAR
DESPESAS CORRENTES	**324.168.818,42**	**2.350.000,00**	**326.518.818,42**	**96.791.325,82**	**87.095.449,62**	**82.457.280,61**	**229.727.492,60**	**9.695.876,20**	**4.638.169,01**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.026.917,46	0,00	150.026.917,46	45.981.937,99	45.868.114,37	45.548.425,56	104.044.979,47	113.823,62	319.688,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	750.000,00	0,00	750.000,00	236.450,39	236.450,39	236.450,39	513.549,61	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.391.900,96	2.350.000,00	175.741.900,96	50.572.937,44	40.990.884,86	36.672.404,66	125.168.963,52	9.582.052,58	4.318.480,20
DESPESAS DE CAPITAL	**23.902.234,20**	**3.251.993,00**	**27.154.227,20**	**4.524.281,39**	**1.579.451,56**	**1.332.145,63**	**22.629.945,81**	**2.944.829,83**	**247.305,93**
INVESTIMENTOS	19.702.234,20	3.251.993,00	22.954.227,20	4.429.192,15	1.484.362,32	1.237.056,39	18.525.035,05	2.944.829,83	247.305,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.200.000,00	0,00	4.200.000,00	95.089,24	95.089,24	95.089,24	4.104.910,76	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**12.174.747,38**	**0,00**	**12.174.747,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS INTRAORÇAMENTARIAS	**21.754.200,00**	**0,00**	**21.754.200,00**	**7.095.177,75**	**7.001.418,56**	**5.253.857,55**	**14.659.022,25**	**93.759,19**	**1.747.561,01**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**382.000.000,00**	**5.601.993,00**	**387.601.993,00**	**108.410.784,96**	**95.676.319,74**	**89.043.283,79**	**267.016.460,66**	**12.734.465,22**	**6.633.035,95**
AMORT. DÍVIDA - REFINANC. (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUB. COM REFINANC. (VIII)=(VI + VII)	**382.000.000,00**	**5.601.993,00**	**387.601.993,00**	**108.410.784,96**	**95.676.319,74**	**89.043.283,79**	**267.016.460,66**	**12.734.465,22**	**6.633.035,95**
SUPERÁVIT (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.815.137,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (X)=(VIII + IX)	**382.000.000,00**	**5.601.993,00**	**387.601.993,00**	**108.410.784,96**	**108.491.457,14**	**89.043.283,79**	**267.016.460,66**	**12.734.465,22**	**6.633.035,95**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica Página: 1/1 - 26/05/2026 13:45 sfwff.dzrr

Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias

(Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026

Consolidado

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATÉ MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES (I)	**13.045.000,00**	**13.045.000,00**	**13.045.000,00**	**3.874.248,91**
CONTRIBUIÇÕES	**12.185.000,00**	**12.185.000,00**	**12.185.000,00**	**3.100.295,24**
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	12.100.000,00	12.100.000,00	12.100.000,00	3.068.372,45
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL	60.000,00	60.000,00	60.000,00	25.903,85
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL	25.000,00	25.000,00	25.000,00	6.018,94
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	600.000,00	600.000,00	600.000,00	765.010,84
RECEITA PATRIMONIAL	**250.000,00**	**250.000,00**	**250.000,00**	**7.090,63**
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	250.000,00	250.000,00	250.000,00	7.090,63
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	10.000,00	1.852,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	**22.955.000,00**	**22.955.000,00**	**22.955.000,00**	**7.105.773,61**
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO	**22.955.000,00**	**22.955.000,00**	**22.955.000,00**	**7.105.773,61**
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ATIVO CIVIL	22.955.000,00	22.955.000,00	22.955.000,00	7.105.773,61
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INATIVO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTROS APORTES FINANCEIROS AO RPPS (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (I+II+III+V+VI) - IV	**36.000.000,00**	**36.000.000,00**	**36.000.000,00**	**10.980.022,52**

Jornal Oficial do Município de Orlândia | Lei Municipal nº 1.316/82 e Decreto 4.389/2014
Praça Coronel Orlando, 600 – Centro – Orlândia, Estado de São Paulo – CEP: 14620-000 | Fone: (16) 3820-8000

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias

(Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026 **Consolidado**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA ATÉ MÊS	LIQUIDADA ATÉ MÊS
ADMINISTRAÇÃO (VII)	**2.090.000,00**	**2.090.000,00**	**651.647,31**	**491.848,20**
DESPESAS CORRENTES	2.020.000,00	2.020.000,00	649.127,31	489.328,20
DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	2.520,00	2.520,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	**23.500.000,00**	**23.500.000,00**	**7.524.179,24**	**7.524.179,24**
APOSENTADORIAS	21.000.000,00	21.000.000,00	6.832.935,94	6.832.935,94
PENSÕES	2.500.000,00	2.500.000,00	691.243,30	691.243,30
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (SUPERÁVIT PREVISTO NO ORÇAMENTO) (IX)	**10.410.000,00**	**10.410.000,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)=(VII+VIII+IX)	**36.000.000,00**	**36.000.000,00**	**8.175.826,55**	**8.016.027,44**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VII - X)	**0,00**	**0,00**	**2.804.195,97**	**2.963.995,08**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Demonstrativo Função/Subfunção

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo por Função e Subfunção

(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026 **Consolidado**

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
1 - LEGISLATIVA	**3.200.000,00**	**0,00**	**3.200.000,00**	**1.180.653,03**	**2.019.346,97**	**789.811,60**	**390.841,43**
31 - AÇÃO LEGISLATIVA	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00	1.180.653,03	2.019.346,97	789.811,60	390.841,43
4 - ADMINISTRAÇÃO	**43.893.176,32**	**0,00**	**43.893.176,32**	**10.984.522,22**	**32.908.654,10**	**10.199.675,08**	**784.847,14**
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.075.700,00	0,00	4.075.700,00	1.330.546,51	2.745.153,49	1.289.251,07	41.295,44
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	36.649.376,32	0,00	36.649.376,32	8.659.282,16	27.990.094,16	8.039.919,37	619.362,79
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.755.100,00	0,00	2.755.100,00	883.628,93	1.871.471,07	764.161,42	119.467,51
124 - CONTROLE INTERNO	413.000,00	0,00	413.000,00	111.064,62	301.935,38	106.343,22	4.721,40
6 - SEGURANÇA PÚBLICA	**12.321.976,30**	**0,00**	**12.321.976,30**	**3.408.882,75**	**8.913.093,55**	**2.826.583,27**	**582.299,48**
181 - POLICIAMENTO	8.441.784,20	0,00	8.441.784,20	2.498.621,68	5.943.162,52	1.956.712,44	541.909,24
182 - DEFESA CIVIL	3.880.192,10	0,00	3.880.192,10	910.261,07	2.969.931,03	869.870,83	40.390,24
8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	**18.963.375,45**	**600.000,00**	**19.563.375,45**	**3.627.798,35**	**15.935.577,10**	**3.282.975,16**	**344.823,19**
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	2.422.000,00	0,00	2.422.000,00	142.609,10	2.279.390,90	138.219,10	4.390,00
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	16.541.375,45	600.000,00	17.141.375,45	3.485.189,25	13.656.186,20	3.144.756,06	340.433,19
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	**38.400.000,00**	**0,00**	**38.400.000,00**	**8.879.897,58**	**29.520.102,42**	**8.720.098,47**	**159.799,11**
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.950.000,00	0,00	11.950.000,00	400.760,30	11.549.239,70	240.961,19	159.799,11
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	26.450.000,00	0,00	26.450.000,00	8.479.137,28	17.970.862,72	8.479.137,28	0,00
10 - SAÚDE	**92.281.741,22**	**5.001.993,00**	**97.283.734,22**	**29.528.783,18**	**67.754.951,04**	**24.118.561,72**	**5.410.221,46**
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.722.784,21	-230.000,00	6.492.784,21	4.018.290,03	2.474.494,18	3.568.686,98	449.603,05
301 - ATENÇÃO BÁSICA	38.438.891,25	3.512.000,00	41.950.891,25	8.954.363,91	32.996.527,34	6.190.686,68	2.763.677,23
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	31.633.889,85	1.789.993,00	33.423.882,85	12.668.053,68	20.755.829,17	10.818.770,06	1.849.283,62
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	4.391.738,00	0,00	4.391.738,00	1.171.621,07	3.220.116,93	967.179,59	204.441,48
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.741.604,21	-30.000,00	2.711.604,21	443.364,89	2.268.239,32	421.871,37	21.493,52
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.852.833,70	-40.000,00	2.812.833,70	376.146,19	2.436.687,51	364.686,63	11.459,56
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00	1.896.943,41	3.603.056,59	1.786.680,41	110.263,00
12 - EDUCAÇÃO	**119.798.830,70**	**0,00**	**119.798.830,70**	**37.753.517,67**	**82.045.313,03**	**35.112.859,42**	**2.640.658,25**
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.100.100,00	-70.000,00	5.030.100,00	1.325.677,23	3.704.422,77	1.286.850,89	38.826,34
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.130.000,00	0,00	2.130.000,00	445.883,04	1.684.116,96	443.002,74	2.880,30
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	58.610.400,00	0,00	58.610.400,00	20.528.873,52	38.081.526,48	19.144.883,83	1.383.989,69
362 - ENSINO MÉDIO	1.610.000,00	0,00	1.610.000,00	545.724,31	1.064.275,69	361.079,89	184.644,42
363 - ENSINO PROFISSIONAL	495.000,00	0,00	495.000,00	110.802,67	384.197,33	63.052,80	47.749,87
364 - ENSINO SUPERIOR	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00	1.781.978,53	5.218.021,47	1.160.282,29	621.696,24
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	44.833.330,70	70.000,00	44.903.330,70	13.014.578,37	31.888.752,33	12.653.706,98	360.871,39
366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
13 - CULTURA	**4.298.650,00**	**0,00**	**4.298.650,00**	**928.929,88**	**3.369.720,12**	**837.677,45**	**91.252,43**
392 - DIFUSÃO CULTURAL	3.160.350,00	0,00	3.160.350,00	624.064,39	2.536.285,61	571.174,48	52.889,91
695 - TURISMO	1.138.300,00	0,00	1.138.300,00	304.865,49	833.434,51	266.502,97	38.362,52

Jornal Oficial do Município de Orlândia | Lei Municipal nº 1.316/82 e Decreto 4.389/2014
Praça Coronel Orlando, 600 – Centro – Orlândia, Estado de São Paulo – CEP: 14620-000 | Fone: (16) 3820-8000

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo por Função e Subfunção

(Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026 **Consolidado**

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
15 - URBANISMO	**36.609.434,21**	**0,00**	**36.609.434,21**	**9.801.799,89**	**26.807.634,32**	**7.667.992,37**	**2.133.807,52**
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	20.341.084,21	0,00	20.341.084,21	3.651.366,72	16.689.717,49	2.888.317,64	763.049,08
452 - SERVIÇOS URBANOS	16.268.350,00	0,00	16.268.350,00	6.150.433,17	10.117.916,83	4.779.674,73	1.370.758,44
18 - GESTÃO AMBIENTAL	**2.358.000,00**	**0,00**	**2.358.000,00**	**620.357,89**	**1.737.642,11**	**560.711,82**	**59.646,07**
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.358.000,00	0,00	2.358.000,00	620.357,89	1.737.642,11	560.711,82	59.646,07
20 - AGRICULTURA	**213.000,00**	**0,00**	**213.000,00**	**13.798,02**	**199.201,98**	**13.798,02**	**0,00**
606 - EXTENSÃO RURAL	213.000,00	0,00	213.000,00	13.798,02	199.201,98	13.798,02	0,00
22 - INDÚSTRIA	**2.297.500,00**	**0,00**	**2.297.500,00**	**453.880,25**	**1.843.619,75**	**417.579,10**	**36.301,15**
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	2.297.500,00	0,00	2.297.500,00	453.880,25	1.843.619,75	417.579,10	36.301,15
27 - DESPORTO E LAZER	**4.549.568,42**	**0,00**	**4.549.568,42**	**896.424,62**	**3.653.143,80**	**796.456,63**	**99.967,99**
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	4.549.568,42	0,00	4.549.568,42	896.424,62	3.653.143,80	796.456,63	99.967,99
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	**1.050.000,00**	**0,00**	**1.050.000,00**	**331.539,63**	**718.460,37**	**331.539,63**	**0,00**
843 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00	331.539,63	718.460,37	331.539,63	0,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.764.747,38**	**0,00**	**1.764.747,38**	**0,00**	**1.764.747,38**	**0,00**	**0,00**
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.764.747,38	0,00	1.764.747,38	0,00	1.764.747,38	0,00	0,00
TOTAL	**382.000.000,00**	**5.601.993,00**	**387.601.993,00**	**108.410.784,96**	**279.191.208,04**	**95.676.319,74**	**12.734.465,22**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Jornal Oficial do Município de Orlândia | Lei Municipal nº 1.316/82 e Decreto 4.389/2014
Praça Coronel Orlando, 600 – Centro – Orlândia, Estado de São Paulo – CEP: 14620-000 | Fone: (16) 3820-8000

Resultado Primário

Prefeitura Municipal de Orlândia

Resultado Primário

(Artigo 53, Incisos III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026 **Órgão: Consolidado**

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ANUAL INICIAL	PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	**374.969.400,00**	**374.969.400,00**	**108.588.228,87**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	111.377.700,00	111.377.700,00	24.583.751,39
CONTRIBUIÇÕES	19.353.200,00	19.353.200,00	4.737.100,97
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	12.213.000,00	12.213.000,00	3.100.295,24
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	7.140.200,00	7.140.200,00	1.636.805,73
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	20.000,00	20.000,00	4.343,23
RECEITA PATRIMONIAL	16.187.600,00	16.187.600,00	1.312.879,44
(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16.167.600,00	16.167.600,00	1.308.536,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	237.252.300,00	237.252.300,00	77.753.652,10
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	6.966.200,00	6.966.200,00	1.509.381,18
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	6.966.200,00	6.966.200,00	1.509.381,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**2.340.000,00**	**2.340.000,00**	**3.225.832,46**
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	700.000,00	700.000,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS (V)	200.000,00	200.000,00	0,00
OUTRAS ALIENAÇÕES DE BENS	500.000,00	500.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.640.000,00	1.640.000,00	3.225.832,46
CONVÊNIOS	600.000,00	600.000,00	2.728,46
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.040.000,00	1.040.000,00	3.223.104,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI)	**2.140.000,00**	**2.140.000,00**	**3.225.832,46**
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	**34.404.000,00**	**34.404.000,00**	**11.736.914,01**
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII)	**342.705.400,00**	**342.705.400,00**	**100.077.147,32**

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ANUAL INICIAL	DOTAÇÃO ANUAL ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS
DESPESAS CORRENTES (X)	**324.168.818,42**	**326.518.818,42**	**87.095.449,62**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.026.917,46	150.026.917,46	45.868.114,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	750.000,00	750.000,00	236.450,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.391.900,96	175.741.900,96	40.990.884,86
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	**323.418.818,42**	**325.768.818,42**	**86.858.999,23**
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	**23.902.234,20**	**27.154.227,20**	**1.579.451,56**
INVESTIMENTOS	19.702.234,20	22.954.227,20	1.484.362,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XVI)	4.200.000,00	4.200.000,00	95.089,24
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	**19.702.234,20**	**22.954.227,20**	**1.484.362,32**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	**12.174.747,38**	**12.174.747,38**	**0,00**
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	**355.295.800,00**	**360.897.793,00**	**88.343.361,55**
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	**-12.590.400,00**	**-18.192.393,00**	**11.733.785,77**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-9.517.000,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Demonstrativo de Apuração

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo de Apuração da D.C.L. (Exceto Previdência)

Período: Maio/2025 a Abril/2026

Especificação	Saldo Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC				
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL	180.279,48	350.640,36	0,00	0,00
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	180.279,48	168.388,92	0,00	0,00
DE TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	180.279,48	168.388,92	0,00	0,00
PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	180.279,48	168.388,92	0,00	0,00
DO FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	182.251,44	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 5.5.2000 (INCLUSIVE) -	3.670.550,13	3.670.550,13	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	2.050.328,70	1.776.951,54	0,00	0,00
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**5.901.158,31**	**5.798.142,03**	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES				
ATIVO DISPONÍVEL	30.490.590,58	33.636.698,64	0,00	0,00
HAVERES FINANCEIROS	18.666,01	18.666,01	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.395.238,08	72.792,57	0,00	0,00
(-) DEPÓSITOS RESTITUÍVES E VALORES VINCULADOS	4.787.668,32	5.725.749,59	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	**21.326.350,19**	**27.856.822,49**	**0,00**	**0,00**
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	4.787.668,32	5.704.998,82	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	13.339.930,67	3.039.171,43	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**18.127.598,99**	**8.744.170,25**	**0,00**	**0,00**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	**-15.425.191,88**	**-22.058.680,46**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**263.501.501,04**	**266.949.280,20**	**0,00**	**0,00**
PERCENTUAL DA DC SOBRE A RCL (I / IV)	**2,24**	**2,17**	**0,00**	**0,00**
PERCENTUAL DA DCL SOBRE A RCL (III / IV)	**-5,85**	**-8,26**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	**120,00**	**120,00**	**120,00**	**120,00**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Jornal Oficial do Município de Orlândia | Lei Municipal nº 1.316/82 e Decreto 4.389/2014
Praça Coronel Orlando, 600 – Centro – Orlândia, Estado de São Paulo – CEP: 14620-000 | Fone: (16) 3820-8000

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (Regime de Previdência)

Período: Maio/2025 a Abril/2026

Especificação	Saldo Exercício Anterior	Saldo do Exercício Atual		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)				
PASSIVO ATUARIAL	436.480.341,29	436.480.341,29	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)	**436.480.341,29**	**436.480.341,29**	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES (II)				
ATIVO DISPONÍVEL	484.853,83	104.845,34	0,00	0,00
HAVERES FINANCEIROS	409.660.882,03	432.783.128,95	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	600,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEPÓSITOS RESTITUÍVES E VALORES VINCULADOS	206.153,16	216.427,41	0,00	0,00
TOTAL DEDUÇÕES (II)	**409.938.982,70**	**432.671.546,88**	**0,00**	**0,00**
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	287.228,28	287.228,28	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	201.501,94	211.776,19	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	10.812,04	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	**499.542,26**	**499.004,47**	**0,00**	**0,00**
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	**26.541.358,59**	**3.808.794,41**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Jornal Oficial do Município de Orlândia | Lei Municipal nº 1.316/82 e Decreto 4.389/2014
Praça Coronel Orlando, 600 – Centro – Orlândia, Estado de São Paulo – CEP: 14620-000 | Fone: (16) 3820-8000

Restos a Pagar

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo dos Restos a Pagar

(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026

Consolidado

ENTIDADE / FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTAÇÃO ATÉ O PERÍODO					SALDO ATÉ O PERÍODO	
	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	NÃO PROC. LIQUIDADO	PAGO PROCESSADO	PAGO NÃO PROCESSADO	CANCELADO PROCESSADO	CANCELADO NÃO PROCES.	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO
PREFEITURA MUNICIPAL	**4.332.197,24**	**13.339.930,67**	**10.014.539,09**	**4.286.404,67**	**9.987.539,09**	**0,00**	**313.220,15**	**45.792,57**	**3.039.171,43**
RECURSOS PRÓPRIOS	3.521.867,44	12.165.339,79	9.055.238,76	3.479.479,82	9.028.238,76	0,00	202.096,23	42.387,62	2.935.004,80
RECURSOS ESTADUAIS	0,00	393.959,03	258.209,01	0,00	258.209,01	0,00	99.313,29	0,00	36.436,73
RECURSOS FEDERAIS	810.329,80	780.631,85	701.091,32	806.924,85	701.091,32	0,00	11.810,63	3.404,95	67.729,90
CÂMARA MUNICIPAL	**2.207,69**	**0,00**	**0,00**	**2.207,69**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECURSOS PRÓPRIOS	2.207,69	0,00	0,00	2.207,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	**600,00**	**10.812,04**	**10.706,74**	**600,00**	**10.706,74**	**0,00**	**105,30**	**0,00**	**0,00**
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	600,00	10.812,04	10.706,74	600,00	10.706,74	0,00	105,30	0,00	0,00
TOTAL	**4.335.004,93**	**13.350.742,71**	**10.025.245,83**	**4.289.212,36**	**9.998.245,83**	**0,00**	**313.325,45**	**45.792,57**	**3.039.171,43**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida

(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

Período: Maio/2025 a Abril/2026

Órgão: Consolidado

RECEITAS CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	TOTAL
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	4.437.869,58	4.033.977,53	4.601.567,42	5.122.705,10	4.681.884,46	5.997.055,98	5.377.844,78	5.062.370,69	7.170.938,06	7.988.989,23	4.373.910,95	4.198.090,97	63.047.204,75
CONTRIBUIÇÕES	1.161.035,11	1.162.457,98	1.149.976,99	1.155.873,06	1.193.937,28	1.141.425,59	1.170.809,78	2.400.067,59	844.171,04	1.309.516,44	1.199.114,52	1.383.060,30	15.271.445,68
RECEITA PATRIMONIAL	614.217,86	529.670,29	560.223,16	456.890,59	441.109,44	440.690,88	334.830,83	340.463,97	316.529,29	325.815,23	378.143,31	292.391,61	5.030.976,46
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,17	163,08	68,46	111,34	18,30	25,15	0,00	103,79	158,35	101,00	100,55	22,65	872,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.975.928,32	14.344.786,88	19.131.335,57	15.109.653,97	17.758.380,50	14.944.054,50	15.105.147,61	24.276.250,77	23.235.764,22	16.473.495,30	20.862.637,09	17.181.755,49	215.399.190,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525.472,51	323.490,35	235.289,22	865.582,52	369.915,66	4.878.358,07	275.374,58	1.546.772,31	315.570,23	297.778,86	687.041,69	208.606,31	10.529.252,31
TOTAL RECEITAS CORRENTES (I)	**23.714.523,55**	**20.394.546,11**	**25.678.460,82**	**22.710.816,58**	**24.445.245,64**	**27.401.610,17**	**22.264.007,58**	**33.626.029,12**	**31.883.131,19**	**26.395.696,06**	**27.500.948,11**	**23.263.927,33**	**309.278.942,26**

DEDUÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	TOTAL
CONTRIBUIÇÃO AO R.P.P.S.	849.497,52	857.187,58	856.713,39	844.628,55	853.355,07	843.485,65	862.697,73	2.097.503,41	434.076,36	824.081,10	852.542,78	989.595,00	11.165.364,14
REC. COMPENSAÇÃO PREVIDENC.	356.392,51	89.559,73	89.600,57	88.980,76	89.089,18	93.131,22	87.439,51	239.271,82	87.302,97	86.605,33	497.395,46	93.707,08	1.898.476,14
GANHOS APLIC. FINANCEIRA RPPS	1,54	1,50	1,78	1,60	1,74	1,82	680,11	1.884,00	1.864,64	1.587,09	1.891,87	1.747,03	9.664,72
FUNDEB RETIDO	2.399.304,20	1.968.620,32	2.193.992,91	2.067.351,37	2.128.101,66	2.151.861,19	2.114.596,32	2.793.477,47	3.458.318,47	2.387.433,05	2.700.717,27	2.337.382,83	28.701.157,06
TOTAL DEDUÇÕES (II)	**3.605.195,77**	**2.915.369,13**	**3.140.308,65**	**3.000.962,28**	**3.070.547,65**	**3.088.479,88**	**3.065.413,67**	**5.132.136,70**	**3.981.562,44**	**3.299.706,57**	**4.052.547,38**	**3.422.431,94**	**41.774.662,06**

TOTAIS

ESPECIFICAÇÃO	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	**20.109.327,78**	**17.479.176,98**	**22.538.152,17**	**19.709.854,30**	**21.374.697,99**	**24.313.130,29**	**19.198.593,91**	**28.493.892,42**	**27.901.568,75**	**23.095.989,49**	**23.448.400,73**	**19.841.495,39**	**267.504.280,20**
RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO | EMENDAS INDIVIDUAIS (ART.166-A, § 1,CF) (IV)													
(-) EMENDAS INDIVIDUAIS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00	555.000,00
TOTAL (V)=(III-IV)	**20.109.327,78**	**17.479.176,98**	**22.538.152,17**	**19.709.854,30**	**21.374.697,99**	**24.033.130,29**	**19.148.593,91**	**28.493.892,42**	**27.901.568,75**	**23.095.989,49**	**23.448.400,73**	**19.616.495,39**	**266.949.280,20**
RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL | EMENDAS BANCADA (ART.166, § 16,CF) (VI)													
(-) EMENDAS BANCADA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022) (VII)	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	97.152,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.184,00
TOTAL (VII)=(V-VI-VII)	**20.060.751,78**	**17.430.600,98**	**22.489.576,17**	**19.661.278,30**	**21.326.121,99**	**23.984.554,29**	**19.100.017,91**	**27.396.740,42**	**27.901.568,75**	**23.095.989,49**	**23.448.400,73**	**19.616.495,39**	**265.512.096,20**

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica — Página: 1/1 - 26/05/2026 13:53 sfwff.dzxc

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Orlândia

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

(Artigo 54 e 55, da LC. 101/00)

Período: Maio/2025 a Abril/2026 **Poder Executivo**

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	Valores em R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**265.512.096,20**	**100,00**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
MONTANTE	142.011.163,15	53,48
LIMITE MÁXIMO (ART. 20 LRF)	143.376.531,95	54,00
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR. ÚNICO ART. 22 LRF)	136.207.705,35	51,30
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DE ENDIVIDAMENTO	**266.949.280,20**	**0,00**
DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
SALDO DEVEDOR	-22.058.680,46	-8,26
LIMITE LEGAL (ART.S 3º E 4º RES. 40 SENADO)	320.339.136,24	120,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
CONCESSÕES DE GARANTIA		
MONTANTE	0,00	0,00
LIMITE LEGAL (ART. 9º RES. 43 SENADO)	58.728.841,64	22,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)		
REALIZADAS NO PERÍODO	0,00	0,00
LIMITE LEGAL (INC. I DO ART. 7º RES. 43 SENADO)	42.711.884,83	16,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
SALDO DEVEDOR	0,00	0,00
LIMITE LEGAL (ART. 10º RES. 43 SENADO)	18.686.449,61	7,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Prefeitura Municipal de Orlândia

Demonstrativo de apuração das Despesas com Pessoal - Poder Executivo

(Artigo 22, Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da LC. 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)

Período: Maio/2025 a Abril/2026

Órgão: Poder Executivo

DESPESAS COM PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	TOTAL
VENCTOS. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ATIVO	8.499.876,08	12.272.704,83	8.388.821,31	8.405.206,27	8.356.761,52	8.284.744,19	12.837.273,56	10.245.814,75	7.558.529,05	8.545.315,41	9.534.391,11	8.633.723,52	111.563.161,60
REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS	127.547,74	127.547,74	127.547,74	127.547,74	127.547,74	118.628,89	118.628,89	118.628,89	131.560,89	118.628,89	123.088,31	118.628,89	1.485.532,35
ENCARGOS SOCIAIS	1.729.468,06	1.798.053,25	1.580.893,05	1.720.785,36	1.723.735,11	1.715.415,77	1.712.800,22	3.471.428,81	1.731.546,96	1.822.986,44	2.168.080,32	1.962.635,18	23.137.828,53
INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS	1.835.097,57	2.772.307,86	1.852.207,93	1.888.492,78	1.914.281,11	1.901.892,66	2.878.313,14	1.952.047,60	1.938.893,05	1.964.348,82	2.248.463,07	2.076.545,33	25.222.890,92
DESPESA COM PESSOAL NÃO EXECUTADA ORÇAMENTARIAMENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS E OBRIGAÇÕES (VARIÁVEIS)	462.142,33	407.493,35	381.365,66	328.856,85	333.395,82	320.925,90	338.013,90	311.297,90	287.586,00	297.234,16	330.549,95	383.178,73	4.182.040,55
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.182,89	0,00	0,00	0,00	250.887,01	0,00	0,00	253.069,90
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.402,90	0,00	0,00	0,00	47.402,90
SUBTOTAL (I)	**12.654.131,78**	**17.378.107,03**	**12.330.835,69**	**12.470.889,00**	**12.455.721,30**	**12.343.790,30**	**17.885.029,71**	**16.099.217,95**	**11.695.518,85**	**12.999.400,73**	**14.404.572,76**	**13.174.711,65**	**165.891.926,75**

DEDUÇÕES (§ 1º do Artigo 19º da LC 101/00)

ESPECIFICAÇÃO	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	TOTAL
DECORRENTES DECISÃO JUDICIAL E EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.182,89	0,00	0,00	0,00	250.887,01	0,00	0,00	253.069,90
DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS	1.663.512,71	2.514.876,07	1.680.623,07	1.716.001,98	1.741.790,31	1.734.138,43	2.624.880,65	1.786.261,24	1.772.395,94	1.797.851,71	2.054.530,37	1.899.401,22	22.986.263,70
VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022)	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	97.152,00	51.872,00	51.872,00	51.872,00	48.630,00	641.430,00
VENCIMENTO DO PISO SALARIAL ENFERMEIROS - EC 127/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (II)	**1.712.088,71**	**2.563.452,07**	**1.729.199,07**	**1.764.577,98**	**1.790.366,31**	**1.784.897,32**	**2.673.456,65**	**1.883.413,24**	**1.824.267,94**	**2.100.610,72**	**2.106.402,37**	**1.948.031,22**	**23.880.763,60**

DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL

TOTAL LÍQUIDO (I - II)	**10.942.043,07**	**14.814.654,96**	**10.601.636,62**	**10.706.311,02**	**10.665.354,99**	**10.558.892,98**	**15.211.573,06**	**14.215.804,71**	**9.871.250,91**	**10.898.790,01**	**12.298.170,39**	**11.226.680,43**	**142.011.163,15**

Nota Explicativa:

1. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente com ativos, inativos e pensionistas;
2. Para a apuração da dedução do Regime Próprio de Previdência é considerado mensalmente a despesa de inativos e pensionistas até o limite da receita arrecadada, conforme demonstrativo disponibilizado no site do Tribunal de Contas.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica — Página: 1/1 - 26/05/2026 14:02 sfwff.dxdr

Resultado Nominal

Prefeitura Municipal de Orlândia

Resultado Nominal - Exceto órgão de Previdência

(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2025 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	**5.901.158,31**	**5.843.704,89**	**5.798.142,03**
Deduções (II)	**21.326.350,19**	**32.370.222,14**	**27.856.822,49**
Ativo Disponível	30.490.590,58	38.053.060,03	33.636.698,64
Haveres Financeiros	18.666,01	18.666,01	18.666,01
(-) Restos a Pagar Processados	4.395.238,08	119.814,15	72.792,57
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	4.787.668,32	5.581.689,75	5.725.749,59
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	**-15.425.191,88**	**-26.526.517,25**	**-22.058.680,46**
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	180.279,48	168.388,92	168.388,92
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	**-15.605.471,36**	**-26.694.906,17**	**-22.227.069,38**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFÊRENCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Abril (c - a)
Resultado Nominal	**4.467.836,79**	**-6.621.598,02**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-8.483.110,00

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídos da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

Jornal Oficial do Município de Orlândia | Lei Municipal nº 1.316/82 e Decreto 4.389/2014
Praça Coronel Orlando, 600 – Centro – Orlândia, Estado de São Paulo – CEP: 14620-000 | Fone: (16) 3820-8000

Prefeitura Municipal de Orlândia

Resultado Nominal - Regime Previdenciário

(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2026 a Abril/2026

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2025 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada Previdenciária (I)	**436.480.341,29**	**436.480.341,29**	**436.480.341,29**
Passivo Atuarial	436.480.341,29	436.480.341,29	436.480.341,29
Outras Dividas (Exceto Passivo Atuarial)	0,00	0,00	0,00
Deduções (II)	**409.938.982,70**	**420.781.072,14**	**432.671.546,88**
Ativo Disponível	484.853,83	139.495,58	104.845,34
Haveres Financeiros	409.660.882,03	420.849.246,06	432.783.128,95
(-) Restos a Pagar Processados	600,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	206.153,16	207.669,50	216.427,41
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (Iii) = (I - Ii)	**26.541.358,59**	**15.699.269,15**	**3.808.794,41**
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (Vi) = (Iii - V)	**26.541.358,59**	**15.699.269,15**	**3.808.794,41**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFÊRENCIA	
	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Abril (c - a)
Resultado Nominal	**-11.890.474,74**	**-22.732.564,18**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-8.483.110,00

NOTA EXPLICATIVA:

1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.
2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídos da Dívida Consolidada.
5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

JORGE GABRIEL GRASI
Prefeito Municipal

MARCELO MONTEIRO BRAGA
Contador
CRC 1SP246124/O-9

ALESSANDRO ROGÉRIO QUARESEMIN
Controle Interno

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICIPIO

ORLÂNDIA
CUIDAR, INOVAR, TRANSFORMAR
GESTÃO 2025 - 2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA
Prefeitura Municipal de Orlândia: Praça Coronel Francisco Orlando, nº 600 – Centro CEP: 14620-000
(16) 3820-8000

PREFEITO MUNICIPAL:
Jorge Gabriel Grasi

VICE-PREFEITO:
Murilo Santiago Spadini

CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA
Câmara Municipal de Orlândia: Avenida do Café, nº 644 – Centro
CEP: 14620-000
(16) 3826-1658

PRESIDENTE
Gilson Moreira

VICE-PRESIDENTE
Rafael Palma de Araújo

1º SECRETÁRIO
Juliane Fernanda Pompilio

2º SECRETÁRIO
Luiz Donizeti da Cruz

VEREADORES
Antônio Carlos Leite
Clodoaldo Santana da Silva
Gilson Moreira
João Vitor Alves
Juliane Fernanda Pompilio
Luis Donizeti da Cruz
Max Leonardo Define Neto
Paulo Rodrigues Alves Pereira
Rafael Palma de Araújo
Sebastião Atílio da Silva
Vitor Fávaro Tonetto

Encarregado LGPD: Márcio Favaro Cherubim

Jornal Oficial do Município de Orlândia

Publicação sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Orlândia/SP, conforme Lei Municipal nº 1.316, de 1982 e Decreto 4.389, de 2014
Prefeitura Municipal de Orlândia/SP – CNPJ 45.351.749/0001-11

comunicacao@orlandia.sp.gov.br
www.orlandia.sp.gov.br
(16) 3820-8005